

**XIX** encontro nacional  
de pesquisa em  
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS  
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO. //

**22-26**  
**OUTUBRO**  
**2018**  
LONDRINA/PR



## XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

### GT- 3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

#### DESINFORMAÇÃO: QUALIDADE DA INFORMAÇÃO COMPARTILHADA EM MÍDIAS SOCIAIS

**César Augusto Galvão Fernandes Conde (Universidade Federal do Paraná)**  
**Adriana Rosecler Alcará (Universidade Estadual de Londrina)**

***DISINFORMATION: QUALITY OF INFORMATION SHARED IN SOCIAL MEDIA***

**Modalidade da Apresentação:** Comunicação Oral

**Resumo:** Na Era da Pós-verdade, em que a informação com carga emotiva influencia mais que os fatos, é nas mídias sociais que a desinformação encontra ambiente propício para sua disseminação. O objetivo da pesquisa é analisar as práticas de compartilhamento da informação de bibliotecários participantes do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, no tocante aos critérios de avaliação da qualidade que adotam para evitar a desinformação. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualiquantitativa. Um questionário com questões abertas e em escala *Likert* foi enviado para o grupo e 120 participantes responderam. Os principais resultados indicaram uso moderado a alto de critérios de avaliação das fontes de informação, aquém da expectativa para a categoria de profissionais estudada. Entre os critérios de qualidade mais utilizados estão: avaliação da compatibilidade entre título e conteúdo da notícia e a verificação da data e procedência antes do compartilhamento. Os dados permitem concluir que os bibliotecários consultados estão cientes sobre a problemática da desinformação e entendem a existência de implicações sociais graves em consequência da prática do compartilhamento indiscriminado nas mídias sociais, ainda que muitos tenham sinalizado insuficiente uso de critérios de qualidade que atenuariam seu efeito negativo.

**Palavras-Chave:** Desinformação; Compartilhamento da informação; Critérios de Qualidade para fontes de informação.

**Abstract:** In the Post-Truth Age, where information with an emotional charge influences more than facts, it is in social media that disinformation finds an environment conducive to its dissemination. The objective of the research is to analyze the information sharing practices of librarians participating in the group "Librarians of Brazil" on Facebook, regarding the quality evaluation criteria they adopt to avoid misinformation. This is an exploratory descriptive research with a qualitative and quantitative approach. A questionnaire with open questions and Likert scale was sent to the group and 120 respondents answered. The main results indicated a moderate to high use of criteria for evaluating information sources, below expectations for the category of professionals studied. Among the most used quality criteria are: evaluation of the compatibility between title and content of the news and

verification of date and source before sharing. The data allow us to conclude that the consulted librarians are aware of the problem of disinformation and understand the existence of serious social implications as a result of the practice of indiscriminate sharing in the social media, although many have indicated insufficient use of quality criteria that would attenuate its negative effect.

**Keywords:** Disinformation; Information sharing; Quality criteria for information sources.

## 1 INTRODUÇÃO

Compartilhar informações via mídias sociais tornou-se algo trivial, sobretudo para a geração de nativos digitais. Ao pressionar de um ou dois botões, em poucos segundos informações são disseminadas com alcances abrangentes. O uso dos *smartphones* rompeu a barreira entre o físico e o virtual nas relações humanas. Só no Brasil, de acordo com dados do *Facebook*, a mídia social já conta com mais de 100 milhões de usuários ativos mensais, e a principal via de acesso são os dispositivos móveis. Aproximadamente oito em cada dez brasileiros conectados estão no *Facebook*, o que o posiciona no topo das mídias sociais.

Considerado como um ano mundialmente conturbado, 2016 registrou na História o processo conhecido como *Brexit*, as eleições presidenciais dos Estados Unidos da América, vencida pelo controverso candidato Donald Trump, e o processo de *impeachment* da então presidente do Brasil, Dilma Rousseff. Por sua indiscutível relevância histórica, os debates acalorados acerca dos temas foram também permeados por informações falsas disseminadas incontáveis vezes através das mídias sociais de entusiastas apoiadores e militantes contrários, que ensejaram a criação de verdadeiras trincheiras virtuais.

No mesmo ano, o dicionário Oxford consagrou *post-truth* (pós-verdade) como principal termo do ano (LATGÉ, 2016). Para os britânicos, em tradução livre, a definição de pós-verdade seria "relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal" (OXFORD DICTIONARIE, 2017). A estratégia remete a famosa frase creditada ao publicitário da Alemanha nazista, Joseph Goebbels: uma mentira repetida mais de mil vezes se torna "verdade". Ou, como agora denominado, pós-verdade.

A formação em Biblioteconomia nos estimula a ter zelo pela informação, assim, enquanto profissionais dedicados à Ciência da Informação (CI), devemos ainda mais prezar pelas informações circulantes, especialmente a nossa própria prática de compartilhamento em mídias sociais e seus fenômenos correlatos, como a desinformação e a qualidade da informação, a fim de evitar o alastramento de informações infundadas e seus efeitos

indesejados. Nesse sentido, questionamos: estão os bibliotecários preocupados com a qualidade das informações compartilhadas em mídias sociais? Atentam-se às fontes que selecionam para o compartilhamento da informação? Estão cientes do problema da desinformação? Preocupam-se em minimizar seus efeitos?

É também papel do bibliotecário se responsabilizar pelo conteúdo que compartilha, uma vez que o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2002, p. 1) prevê em seu segundo artigo como dever do bibliotecário “dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe”. Assim, esta pesquisa objetiva analisar a prática do compartilhamento da informação de bibliotecários do grupo “Bibliotecários do Brasil” no *Facebook*, no tocante aos critérios de avaliação da qualidade que adotam para evitar a disseminação da desinformação.

## **2 COMPARTILHAMENTO DA INFORMAÇÃO EM MÍDIAS SOCIAIS E A DESINFORMAÇÃO**

O ato de compartilhar a informação é o desejo de torná-la disponível para outros. Compartilhar informações é uma atividade comunicacional (BUTARELLO et al., 2010), portanto, inerente ao ser humano, animal gregário por excelência. Essa interação social requerida para o compartilhamento da informação, de acordo com os autores, pode ser interpretada como comportamento, processo ou atividade, porque abrange receber e repassar informações. Compartilhar é um ato individual, intencional e deliberado por parte de quem possui o conhecimento.

Alcará et al. (2009) elencam alguns dos principais fatores que influenciam no compartilhamento: a) natureza do conhecimento - envolve os diferentes tipos de conhecimento, por exemplo o explícito e o tácito; b) motivação para compartilhar – recebe influência de aspectos internos e externos. Nos internos as atitudes e ações para o compartilhamento tem origem na própria pessoa, não dependendo de incentivos externos. Podem ser exemplos, os valores, as crenças e os interesses em comum, que influenciam as relações de confiança, amizades e afinidades. Já os externos envolvem a necessidade de recompensa e reciprocidade para o compartilhamento acontecer; c) oportunidades para compartilhar - que podem surgir de canais de aprendizado intencional ou de canais de relacionamentos; e d) cultura do ambiente de trabalho - que é constituída pelos três primeiros fatores, assim como os influencia.

Akaichi (2014, p. 39) acrescenta que para acontecer “a partilha e a disseminação de um conhecimento é necessário que diversos fatores convirjam para esta ação desde o momento em que o indivíduo que possui esta informação decida compartilhá-la até o instante em que outro ator resolva utilizá-la”. A autora indica alguns fatores que influenciam o compartilhamento, como o altruísmo do indivíduo, o benefício mútuo entre os agentes envolvidos na troca e a elevação da reputação daquele que compartilha.

Na última década, testemunhamos a criação e o crescimento da importância das mídias sociais nas nossas vidas, tanto em âmbito privado quanto no coletivo da sociedade. Com a popularização do acesso à tecnologia, mais pessoas passaram a estar conectadas e não visualizamos mais fronteira entre o real e o virtual. A *Web* é local privilegiado e exemplar desse momento de abundância de informações, pois é desterritorializado e desprendido da noção de tempo (LOURENÇO; TOMAÉL, 2015).

Em resgate histórico, Moretzsohn (2017, p. 302) relembra a frase do escritor italiano Umberto Eco que, em 2015, afirmou que as redes sociais deram voz a uma legião de imbecis.

A criação de guetos apenas favorece a publicidade dirigida e fortalece a consolidação de convicções, o que vai na contramão da abertura ao debate público e, conseqüentemente, só ajuda a aumentar a ‘legião de imbecis’. Ao mesmo tempo, provoca a ilusão de que o mundo se reduz a essas bolhas, o que é fatal na apreensão da realidade e induz a erro mesmo aqueles que precisariam estar atentos ao contraditório.

Bezerra, Capurro e Schneider (2017, p. 378), complementam que “[...] a suposta ‘liberdade’ que as TICs trazem para a produção, distribuição e consumo de informação, na verdade se insere em um panorama de um controle cada vez maior”. Segundo eles, as redes de espionagem colocam “[...] em risco a privacidade de indivíduos, a proteção de segredos comerciais de setores econômicos e a própria soberania de nações”.

Essa singularidade coopera para a necessidade de evolução do usuário em protagonista da sua própria aprendizagem, tornando-se independente. Medeiros (2013) entende que as mídias sociais propiciaram a participação política de atores que são marginalizados das tomadas de decisões públicas; não fossem os dispositivos tecnológicos e as plataformas desenvolvidas, que minimamente permitem aproximação de representantes e representados. As mídias sociais dividem hoje espaço anteriormente ocupado pela imprensa. Informações que não chegavam aos cidadãos passam a integrar suas agendas, “trazendo ao imaginário a concepção de espaços de opinião pública, mobilização e participação” (MEDEIROS, 2013, p. 30).

É importante assimilar que, atualmente, as mídias sociais “estão sendo consideradas cada vez mais como fontes de informação, apesar da confiabilidade das informações ser, muitas vezes, questionável e difícil de avaliar” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016, p. 24). Recentemente, *Facebook* e *Google* se aliaram na intenção de criar um mecanismo que combata a disseminação de notícias falsas na internet. Mark Zuckerberg, dono do *Facebook*, afirmou entender o tema como "complexo, tecnicamente e filosoficamente", e que não quer assumir o papel de "árbitro da verdade".

Kesler e Dutra (2015, p. 2) observam: “A liberdade de expressão é considerada um direito fundamental, e através das redes sociais foi efetivamente exercido, devido a facilidade e rapidez com que atinge a população”. A forma adotada para “bombardear a rentabilidade do negócio da criação de conteúdo falacioso” (GOMES, 2017) foi cortar os vínculos de publicidade dos *sites* e reduzir a relevância das publicações e sua encontrabilidade nos mecanismos de busca ou no *feed* de notícias.

A informação que circula sem filtro ou critérios qualitativos é entendida como desinformação. Zattar (2017, p. 286) entende que “nas discussões em torno da prática informacional, destacam-se as questões que envolvem a qualidade do conteúdo nas dinâmicas de busca e recuperação, dentre as quais estão as notícias e informações falsas ou semifalsas, a desinformação”. Brito (2015, p. 51) traz uma definição mais específica:

Desinformação consiste fundamentalmente em informações falsas, distorcidas ou enganosas fornecidas a um determinado adversário com a pretensão de que este tome decisões lastreadas por uma leitura equivocada de realidade. Pode ser traduzida, portanto, como o uso de mentiras com o propósito de iludir ou falsear.

Vladimir Volkoff (2004, p. 19) conceitua a desinformação como “uma manipulação da opinião pública para fins políticos através de informação trabalhada por processos ocultos”. Em resgate histórico, Volkoff (2007, p. 107) também chama atenção para o aspecto psicológico: a desinformação “só superficialmente se dirige à inteligência do público que pretende induzir em erro; ela dirige-se, em profundidade, a todos os níveis da sensibilidade: ao coração, às tripas, ao baixo-ventre, porque no homem as paixões sempre foram mais fortes do que as convicções”.

Corrêa e Custódio (2018, p. 7) entendem que “merecem especial atenção os problemas advindos de uma leitura superficial, ausência de criticidade e da urgência no compartilhamento de informações a partir das mídias sociais”, o que seria um desafio

constante para os bibliotecários, profissionais que devem refletir acerca da manipulação da informação. A construção do conhecimento é inerente aos seres humanos e transita por várias nuances, como experiências, atitudes e disposições morais. Assim, por ser um tema subjetivo, mesmo com o aval de especialistas, há o risco de replicação de conteúdos desinformativos, inclusive com influência proposital, caso os profissionais não consigam agir com isenção e julgar de forma técnica.

Enfrentar o problema da desinformação é, sem dúvida, um dos grandes desafios desse início de século XXI: “Para combater essa arma invisível, primeiro precisamos reconhecê-la pelo que ela é e decifrar sua missão velada, uma vez que é costumeiramente apresentada em vestes civis inócuas” (PACEPA; RYCHLAK, 2015, p. 68). O economista e jornalista inglês Tim Harford, em artigo escrito para a revista Financial Times, texto traduzido por Clara Allain e publicado pela Folha de São Paulo (2017), afirmou que “poderíamos esperar que os fatos ajudassem. Mas não é necessariamente assim: quando ouvimos fatos que nos contestam, amplificamos seletivamente aquilo que nos convém, ignoramos o que não nos convém e reinterpretamos o que é possível”. A seletividade pode ser uma das chaves para compreensão da dimensão do problema e sua origem.

O alastramento de notícias falsas é muito superior quando o momento político é mais turbulento e favorece o acirramento de extremismos. Zattar (2017, p. 288) explica que “as informações do cotidiano são mais vulneráveis às ‘contaminações’, uma vez que não pressupõem rigor em sua produção e, ainda, são abertas à participação de diferentes atores”. Com essa compreensão, o problema assume caráter bastante pessoal e intervenções personalizadas são de difícil êxito, já que a pessoa não o faz por desconhecimento. Passa a ser um problema de ordem ética e não de educação formal.

Incrementar a capacidade de reflexão crítica do leitor frente ao conteúdo que consome é um dos caminhos almejavéis para que se compartilhe informações com qualidade. Atribuir qualidade às informações, porém, não é tarefa simples. Qualidade pode ser entendida em muitos casos como subjetiva, por isso a dificuldade em julgar absolutamente. Alguns critérios, entretanto, são mais objetivos e podem ser observados nas informações que circulam, como: exatidão, autoridade, objetividade, atualidade e abrangência (TERRA; SÁ, 2012, p. 3).

Matheus (2005, p. 156) alerta que “a CI deve considerar a informação e a desinformação como objetos complementares de estudo da CI”. A Ciência da Informação

tem seu engajamento mais fortemente voltado para a criação e como se dão os fluxos informacionais, mas ainda examina timidamente a questão da desinformação. Assim:

[...] ao desconhecer o que seja desinformação bem como as consequências destas sobre os usuários, a CI brasileira fragilizou a própria capacidade de identificar o que seja de fato informação. Em redes digitais repletas de dados, verdade e mentira se justapõem e se modificam a cada momento, logo, dialetizá-las é fundamental. (BRITO, 2015, p. 55).

Com a intenção de analisar informações veiculadas através da internet, agências de *fact checking* (checagem dos fatos) têm ganhado relevância no debate público. No Brasil, a primeira foi a Agência Lupa, que fez parceria com a Revista Piauí e o jornal Folha de São Paulo para prestar assessoria sobre o assunto. O portal de notícias G1, do grupo Globo, também adotou espaço exclusivo para a seção “Fato ou Fake?”, onde avaliam informações de grande circulação na *web*, principalmente através das mídias sociais.

Na América do Norte e na Europa existem iniciativas consolidadas de combate às notícias falsas, também por intermédio de equipes isentas (por não possuírem subordinações diretas), como a *FactCheck.org*. Zattar (2017, p. 289) explica como duas agências de checagem dos fatos brasileiras expõem seus resultados: “em geral, indicam os níveis de veracidade. A checagem pressupõe o uso de informações públicas e fontes confiáveis para verificação de conteúdo, o que resulta em avaliações que visam indicar o nível de veracidade de uma informação”.

Quanto às categorias elencadas pelas agências, destaca-se que a Agência Lupa<sup>1</sup> optou por classificar as informações que avalia em: Verdadeiro; Verdadeiro, mas...; Ainda é cedo para dizer; Exagerado; Contraditório; Insustentável; Falso e De olho. Já a Agência Truco<sup>2</sup> elencou as seguintes categorias: Verdadeiro; Sem contexto; Contraditório; Discutível; Exagerado; Distorcido; Impossível provar e Falso. Podemos notar que os extremos “verdadeiro” e “falso” não dão conta de todas as análises. Existem categorias intermediárias a serem consideradas. No caso das notícias, uma pode conter verdades e mentiras em diferentes trechos, assim como uma verdade descontextualizada, o que compromete a compreensão mais ampla do assunto. Contemplar essas nuances é o que tentam as agências citadas, o que exige um maior refinamento na apuração.

Em artigo intitulado “*How to spot fake news*” (“Como identificar notícias falsas”) publicado em novembro de 2016, o diretor e a editora do *website FactCheck.org*, Eugene

---

<sup>1</sup> Fonte: <http://piaui.folha.uol.com.br/lupa/>.

<sup>2</sup> Fonte: <https://apublica.org/checagem/>

Kiely e Lori Robertson, fazem menção a oito pontos que julgam ser os mais importantes para driblar a desinformação. A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) encampou a proposta e elaborou um infográfico (Figura 1) inspirado nesse artigo, já traduzido para mais de 30 idiomas diferentes, inclusive o português.

**Figura 1** – Como identificar notícias falsas de acordo com a IFLA



Fonte: IFLA, 2017<sup>3</sup>

A *American Library Association* (ALA), por intermédio da *Association of College & Research Libraries* (ACRL), é outra instituição de relevância internacional que demonstra preocupação com o tema da desinformação e o seu compartilhamento. Em 2016, a ACRL disponibilizou sua nova versão da Estrutura para Competência em Informação na Educação Superior (tradução livre de *Framework for Information Literacy for Higher Education*), com seis conceitos: 1. Autoridade é construída e contextual; 2. Criação da informação como um

<sup>3</sup>Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/11174>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

processo; 3. Informação tem valor; 4. Pesquisa como investigação; 5. Academia como conversação; 6. Busca como exploração estratégica.

Entre as muitas disposições descritas e práticas sugeridas, chamamos atenção para algumas específicas. Logo no primeiro conceito, “Autoridade é construída e contextual”, a ACRL (2016, p. 4) esclarece que “Os recursos informacionais refletem a experiência e credibilidade de seus criadores, e são avaliados de acordo com a necessidade informacional e contexto em que será utilizado”. Ainda no primeiro conceito, na terceira disposição, a ACRL sugere ao sujeito que está desenvolvendo suas habilidades informacionais “desenvolver a consciência da importância de avaliar conteúdos com uma atitude ética e com uma autoconsciência de seus próprios preconceitos e visão de mundo”. Na quarta e oitava disposição do quarto conceito, “Pesquisa como investigação”, a ACRL (2016, p. 7) recomenda “manter uma mente aberta e uma postura crítica” e “seguir diretrizes éticas e legais na coleta e uso de informações”.

As sugestões da ACRL complementam as citadas anteriormente, pois a postura crítica deve ser quanto ao conteúdo, interlocutores e consigo mesmo, a fim de anular ao máximo possíveis predileções pessoais que possam influenciar escolhas e a maneira com que lidamos com as informações de forma seletiva. Interessante notar que essa proposta percebe, entende e valoriza o aspecto subjetivo do julgamento da qualidade da informação, além de englobar a dimensão ética envolvida.

Tomaél, Alcará e Silva (2016, p. 30) propuseram parâmetros para avaliar fontes com base em vasto levantamento bibliográfico a partir da análise dos atributos de qualidade. As autoras optaram por elencar indicadores juntamente com um conjunto de critérios pertinentes para a análise da fonte de informação digital. As autoras listaram seis indicadores: aspectos extrínsecos, aspectos intrínsecos, credibilidade, aspectos contextuais, representação e aspectos de compartilhamento. Como exemplo, autoridade e responsabilidade são critérios que indicam credibilidade, enquanto a atualização é um critério que indica, entre outros aspectos intrínsecos, a relevância de constar a data em que a informação foi disponibilizada.

Ainda que a mediação seja estabelecida e os instrumentos ofertados, em última instância, apenas o usuário é plenamente capaz de evoluir em suas habilidades informacionais para reconhecer os critérios de qualidade adequados, estabelecer os freios e, assim, não compartilhar desinformação.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi exploratória e descritiva, com abordagem qualiquantitativa e como *locus* a mídia social *Facebook*, mais especificamente o grupo “Bibliotecários do Brasil”. O principal motivo para a escolha desse grupo foi por congregar o maior e mais diverso número de profissionais bibliotecários da rede – 14.690 membros (acesso em 24 jul. 2018). Quanto à coleta de dados, foi enviado ao grupo convite para participação na pesquisa, por meio de resposta ao questionário, em forma de postagem e comentário no *Facebook*, durante o período de um mês, entre 09 de dezembro de 2017 e 04 de janeiro de 2018. Foram coletadas 120 respostas, o que corresponde a quase 1% dos participantes do grupo.

O questionário foi composto por perguntas objetivas e abertas que visavam avaliar as práticas dos bibliotecários quanto ao compartilhamento da informação, além de buscar conhecer a sua percepção em relação à desinformação. Para as questões fechadas foi utilizada escala *Likert* de 0 a 4, onde 0 significa “nunca” e 4 “sempre”. A aplicação do questionário foi viabilizada por meio da ferramenta *Google Docs*, que possibilita o acesso direto às respostas dos participantes. Os critérios listados no questionário foram baseados no referencial teórico, especialmente nos que mais convergem da literatura citada. A formulação foi inspirada livremente no infográfico elaborado pela IFLA - de repercussão internacional - e também pelos critérios indicados por Tomaél, Alcará e Silva (2016).

Quanto à análise dos dados, as médias foram calculadas por questão, separadas de acordo com os objetivos traçados para a pesquisa. A partir da intensidade da frequência do uso apontada pelos participantes, analisamos os critérios utilizados para o compartilhamento da informação. Tendo por base Bartalo et al. (2013), adotamos quatro frequências e suas correspondentes intensidades, sendo elas: média menor que 1,00 baixa intensidade; de 1,01 a 2,00, moderada; de 2,01 a 3,00, alta; de 3,01 a 4,00, altíssima. Quanto às questões abertas, nos apoiamos na análise de conteúdo de Bardin (2011), tendo sido agrupadas as respostas a partir de algumas categorias de análise.

### 4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De início buscamos conhecer com mais detalhes o perfil dos profissionais, com dados referentes a faixa etária, sexo e formação acadêmica dos bibliotecários. Dos 120 participantes, a maior parte (n=47), encontra-se na faixa de 30 a 39 anos, enquanto 28 estão entre 40 e 49 anos, sinalizando que mais da metade da amostra situa-se nesse intervalo.

Quanto ao sexo, 98 (81,7%) participantes são mulheres, o que confirma a predominância de profissionais do sexo feminino percebida na área da Biblioteconomia. A participação masculina nesta pesquisa correspondeu a apenas 22 participantes, menos de um quinto. Referente a formação acadêmica, a maior parte dos bibliotecários (n=48) declarou ter concluída especialização, enquanto 31 já concluíram mestrado.

No tocante aos critérios para a seleção e compartilhamento da informação (Tabela 1), os bibliotecários analisaram 12 afirmações que objetivavam expor a avaliação dos profissionais sobre a sua prática nas mídias sociais.

**Tabela 1** – Critérios para seleção e compartilhamento da informação.

Critérios para seleção e compartilhamento da informação	Média de frequência de uso
Você verifica a procedência/origem antes de compartilhar informações	2,85
Você verifica a autoridade e confiabilidade da notícia (existência fatural do autor e sua credibilidade sobre o assunto abordado)	2,72
Você se atém a responsabilidade do domínio acessado (identificação da entidade ou pessoa física que mantém a fonte e seus interesses)	2,47
Você verifica a data da informação compartilhada (se a informação é atual)	2,83
Você verifica a presença de fatos de forma imparcial (se há preconceito ideológico ou pessoal que podem afetar seu julgamento)	2,77
Você avalia a notícia na íntegra e não apenas sua manchete	2,88
Você avalia se o título da notícia reflete o conteúdo apresentado	2,90
Você identifica referências adicionais nas notícias que compartilha	2,14
Você confere se não se trata de humor (existem sites especializados em veicular notícias reais em tom satírico. Ex.: Sensacionalista, “isento de verdade”)	2,91
Você consulta especialistas (autores com formação relacionada diretamente com a área da informação)	1,50
Você busca e compara informações encontradas em diferentes fontes a fim de atestar a sua precisão (veracidade, informação correta e objetiva)	2,24
Ao buscar informações, você se preocupa em consultar visões contraditórias a respeito do mesmo assunto	2,02

**Fonte:** dados da pesquisa.

Próximo da metade dos profissionais (n=56) entende sempre verificar a procedência ou origem antes do compartilhamento em suas mídias sociais. Apesar do número razoavelmente expressivo, pela natureza da profissão esperava-se que esse montante fosse integral, já que “Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza” e “Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação” (BRASIL, 2001, p. 32) são atitudes por excelência do profissional bibliotecário. Preocupa atestar que 30 membros consultados nunca ou raramente têm esse cuidado. A média das respostas foi de 2,8, o que tange a ideal frequência altíssima, mas ainda é considerada alta. É fundamental que levemos em consideração aspectos que vão além da informação propriamente dita,

como o endereço que a veicula e a existência de seção para contato com os consumidores, conforme a IFLA (2017).

Alguns dos bibliotecários consultados demonstraram estar insuficientemente atentos quanto a autoridade e credibilidade da fonte, sendo esses fatores prévios preponderantes para um compartilhamento seguro da informação. A autoridade e confiabilidade são tão cruciais por apresentarem informações sobre o responsável pela fonte e conferir ao autor credibilidade em sua especialidade (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016). Na conduta de 75 bibliotecários esse critério é considerado muitas vezes ou sempre ( $m = 2,72$ ). Ainda que a média de frequência de uso seja alta, também está abaixo da expectativa do seletivo grupo, por se tratar de um critério básico para definir a qualidade do material.

A hospedagem da fonte (identificação do domínio) é outro fator que merece atenção, de acordo com Tomaél, Alcará e Silva (2016). A maioria dos bibliotecários (55%) sinalizou aderir ao uso desse critério, enquanto, em volume também expressivo, 30% discordam e não costumam praticar essa ação. A média 2,47 é indicativa de uma frequência alta.

Um critério simples e objetivo como a atualidade da informação pode ser determinante para que se ateste a pertinência do que se quer compartilhar. Consiste em identificar a “data em que a informação foi disponibilizada; links precisam estar ativos; informações atuais; preocupação com a manutenção da fonte” (TOMAÉL; ALCARÁ; SILVA, 2016). 80 bibliotecários foram assertivos quanto a utilização desse juízo para o compartilhamento *versus* somente seis que nunca conferem a data das informações, em média de frequência alta 2,83, que se aproxima da altíssima.

Ainda assim, é temerária a constatação de que mais de 1/4 dos bibliotecários tenham indicado raramente checar a data das informações que compartilham, pois podemos considerar esse um critério obrigatório até para leigos, não sendo plausível a comparação. Moretzsohn (2017, p. 304) adverte que “mesmo pessoas bem formadas tendem a compartilhar automaticamente informações falsas ou verdadeiras, mas antigas [...], porque não conferem as datas da publicação nem verificam a origem da informação”.

Ao tocarmos no quesito da imparcialidade, adentramos em ambiente mais subjetivo. Muitos consideram a neutralidade um mito. Frase creditada ao educador Paulo Freire que atesta: “*Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica*”. Tão célebre quanto controversa, a sentença implica em “evidenciar o quanto a informação veiculada pelo documento é exata, rigorosa, correta” (VERGUEIRO, 1995, p. 22). A medida

requer constante esforço por parte de bibliotecários, jornalistas e demais profissionais que trabalhem com a informação na tentativa de anular seus preconceitos para lidar com o conteúdo da forma menos manipulativa possível.

Com essa consciência, 78 bibliotecários indicaram frequentemente ou até sempre conseguirem verificar a presença de fatos da forma mais imparcial possível. Entretanto, 31 admitiram raramente ou nunca serem capazes de se desligar das suas concepções. Os dados resultam em média 2,77 (alta) e são bastante significativos, já que refletem diretamente no problema da desinformação, que deve prioritariamente ser combatido por esses mesmos profissionais. Corrêa e Custódio (2018, p. 3) assinalam ser urgente “adquirir uma maior consciência social em relação à responsabilidade cidadã de replicar informações verídicas advindas de fontes consideradas fidedignas”. Importante mantermos em mente que o grupo selecionado é integralmente composto por profissionais com formação em nível superior e a maior parte já passou por pós-graduação, portanto, de nenhuma forma a má prática relaciona-se com falta de oportunidade de acesso à educação formal.

Chamadas sensacionalistas são cada vez mais escolhidas para ilustrar as notícias; prática que ficou conhecida como “*click bait*” (isca de cliques, em tradução livre), em alusão a um anzol que fisgaria do leitor. “Isto diz algo sobre as escolhas de ênfase na divulgação de notícias e sobre os objetivos de causar escândalo, especialmente nesses tempos em que as informações circulam com uma velocidade estonteante e a maioria não lê nada além dos títulos” (MORETZSOHN, 2017, p. 301). A preocupação que residia em descobrir o comportamento denunciado pela autora também é realidade entre os bibliotecários.

É grave a constatação de que profissionais da informação possam coadunar com a prática de não avaliar se o título de uma notícia de fato converge com o seu conteúdo integral. Não obstante, 29 membros do grupo “Bibliotecários do Brasil” foram sinceros no reconhecimento de que nunca ou raramente conferem antes de compartilhar informações em suas mídias sociais. Como esperado, no entanto, outros 85 afirmaram ter como praxe essa conduta. Nesse quesito, encontramos média 2,9, uma das maiores médias de todo o estudo, considerada alta, muito próxima de uma frequência altíssima.

Tão relevante quanto checar a autoridade, atualidade e conteúdo de um texto é identificar se no seu interior quem escreveu não deixou de citar as fontes que permitiram a construção dos dados expostos nos seus parágrafos. Essa medida despersonaliza, ao menos parcialmente, o texto e confere nuances de trabalho coletivo, o que também responsabiliza

a terceiros pelas informações vinculadas e veiculadas. Dos bibliotecários que participaram desta pesquisa, 53 procuram continuamente compartilhar informações que trazem fontes adicionais no seu conteúdo; 44 aparentam não dar a mesma importância para esse critério, pois nunca ou raramente o adotam como determinante na seleção dos conteúdos que disseminam. Como consequência dos números apresentados, temos a média de frequência alta 2,14. Os números quase equivalentes em uma margem de erro demonstram a existência de dois polos distintos de perfis pessoais dos profissionais.

Até mais alarmante para nossa comunidade é saber que 28 participantes sequer distinguem se o que compartilham com seus contatos nas mídias sociais se trata ou não de conteúdo humorístico. Apesar da enorme maioria dos respondentes (83, média alta 2,91) ter assinalado que frequentemente ou sempre realizam a conferência, um peso maior recai sobre o dado anterior.

A maior parte dos bibliotecários da amostra (n=68) não consulta autores da área da informação antes de compartilhar em suas mídias sociais. Apenas 27 disseram agir sempre ou frequentemente dessa maneira. A média resultante, 1,5, é considerada moderada e pode implicar em múltiplas interpretações. O motivo de um indivíduo não pesquisar pela opinião de especialistas no assunto antes de compartilhar, pode ser decorrência de alta confiança na primeira fonte consultada ou a sensação de falta de tempo, talvez até mesmo necessidade, para uma busca mais abrangente.

Também é fundamental comparar a informação com outras fontes de notícias que a tenham transmitido, para razoavelmente atestar sua precisão. Quanto a esse aspecto, 56 bibliotecários participantes indicaram checar a veracidade e objetividade da informação antes de compartilharem com suas redes de contatos; outros 42 informaram que dificilmente agem com o mesmo zelo. Ainda que alta, a média 2,24 inspira maior atenção nas práticas do bibliotecário para que não compartilhe informações sem se certificar da existência de outras fontes que se responsabilizem pela apuração das informações.

Vimos como é indispensável conferir ao menos uma segunda fonte para confirmar uma notícia ou informação; mas, para certificarmos-nos de maior qualidade, é imperativo buscarmos opiniões divergentes ao que foi absorvido na primeira fonte, para que não formemos nossas percepções diante de argumentos que representem apenas um olhar sobre determinada questão. Um resultado aquém da expectativa é o que sugere a média quase moderada 2,02, já que de um grupo de bibliotecários espera-se prática mais frequente

de busca de múltiplas fontes. Os números expuseram um empate técnico entre os bibliotecários que raramente ou nunca procuram visões contraditórias sobre um assunto antes de compartilhar e os que sempre ou frequentemente adotam tal postura.

Entre os critérios para a seleção e o compartilhamento da informação avaliados, apenas uma média ficou no intervalo considerado moderado, o que atestou frequência alta na prática do uso de critérios por parte dos bibliotecários. Sobressai também o fato de que nenhuma média altíssima foi estabelecida. Podemos concluir que o grupo em grande medida faz uso de critérios para avaliação das fontes antes do compartilhamento em mídias sociais, ainda que não no nível desejado. Os resultados denunciam que nem toda a categoria está ciente da sua responsabilidade enquanto mediador da circulação da desinformação.

Embora a análise tenha sido feita com base na média de frequência de uso encontrada para cada critério, também foi realizada uma análise especificamente em relação à frequência zero, considerando a relevância de que todos deveriam adotar algum tipo de critério. Em todas as afirmações houve indicação de frequência nula para os critérios. O maior destaque negativo fica por conta da consulta de especialistas, em que não menos do que 30 bibliotecários sinalizaram em hipótese alguma fazer uso desse recurso. A adoção de critérios de qualidade para avaliação das fontes e da informação é o principal recurso no combate a circulação da desinformação e principalmente profissionais da Ciência da Informação não podem negligenciá-los.

Descobrir se o bibliotecário é conhecedor do problema da desinformação e tem em seu bojo de preocupações a sua disseminação era o foco de todos os objetivos e questão principal da pesquisa. Assim sendo, questionamos os participantes quanto a esse respeito e solicitamos que detalhassem seus posicionamentos. Como se tratavam de questões abertas, em coerência com as análises precedentes, o conteúdo foi organizado a partir do estabelecimento de algumas categorias para análise, a saber: ciência quanto ao problema da desinformação; preocupação com a sua disseminação; importância do assunto para a atuação profissional.

Quase integralmente as respostas afirmativas justificaram o posicionamento dos bibliotecários no sentido de que acreditam ter responsabilidade social por conta da profissão que exercem. Foram 116 (96,6%) afirmações mediante a dúvida se estão cientes sobre o problema da desinformação e preocupam-se com sua disseminação. Dudziak (2007, p. 96) acredita que “Como agente educacional de transformação, o bibliotecário assume para si,

além do papel de educador, renovação de sua própria competência informacional, adotando e disseminando práticas transformadoras na comunidade”.

Mediante semelhante compreensão, um dos profissionais respondeu: *“Sim, por que o mundo atual está saturado de informações e o ser humano tem limite para assimilar informações. Diante disso, é necessário que se saiba priorizar a atenção a informações de qualidade e que sejam úteis”*. Em tom de crítica à categoria, um colega denunciou *“Sim, ciente e vendo muitos ditos profissionais da informação ajudando a propagar inverdades”*.

Muitos relataram sensação de impotência frente ao problema, creditado em grande parte ao excesso de informações circulantes. Mostraram-se preocupados com o efeito negativo na sociedade. Poucos indicam já estarem mais inteirados e em busca de formação complementar sobre o assunto, como participação em oficinas de checagem dos fatos ou palestras. Temas de estudo da CI, como Competência em Informação, são citados por um grupo pequeno de profissionais que indicam sua importância para a discussão. Outra preocupação denunciada é a formação de redutos de confirmação e a intencionalidade nas informações veiculadas, perigo outrora denunciado por Volkoff (2004, p. 182): *“Formam-se assim na rede comunidades de crença. Assim, o importante é a fidelização”*.

Quase nenhum bibliotecário aponta disposição de esclarecimento defronte à desinformação. Com despreendimento, uma profissional afirma *“Estou ciente, mas não verifico. Quando leio algo suspeito não compartilho”*. Em estudo sobre as medidas estratégicas soviéticas de propagação da desinformação, Shultz e Godson (1984, p. 148) afirmam que *“muitas das falsificações dirigidas contra os Estados Unidos assumiram a forma de documentos e boletins oficiais do governo americano, de aparência autêntica mas falsos”*. Desse modo, é real que *“A desinformação é um problema tal qual a falta de informação. Uma informação não real (manipulada) é tão preocupante e perigosa quanto a falta de acesso a informação real”*, como acredita um dos questionados.

Em conjunto com a ciência do problema, buscamos também descobrir se os bibliotecários consideram importante o assunto para a sua atuação profissional e pedimos que justificassem suas respostas. Novamente, quase 100% dos participantes responderam positivamente. Podemos constatar um aceno mais recorrente quanto ao protagonismo do bibliotecário no combate à desinformação, como no seguinte relato: *“Sim, Porque coloca o profissional da informação (enquanto profissional que tem a informação como insumo fundamental para a profissão) como agente responsável por combater a disseminação de*

*informação sem critérios de confiabilidade”. Por outro lado, manifestações de ceticismo também surgiram: “Sim, considero, mas não pelo fato que a maioria dos profissionais tem abordado (que é a de que temos o “poder” de verificar as fake news, de avaliar isso). Há muitos bibliotecários compartilhando este tipo de desinformação, que não sabem sequer quais fontes consultar, parados no tempo e munidos de um julgamento de valor que beira ao ridículo. Isso é bastante preocupante, pois se anunciamos para o mundo em nossos textos e aulas que somos peças importantes neste contexto, mas as timelines estão repletas deste conteúdo, é uma grande contradição”.*

Para nossa pesquisa, tão importante quanto provocar a consciência profissional do bibliotecário era inspirar nele o cuidado nas mediações em seu círculo privado. Para tanto, procuramos descobrir se eles consideravam importante o assunto para a sua vida pessoal, especialmente em suas mídias sociais. Quase todos os participantes declaram se importarem com a desinformação além do seu ambiente de trabalho: 117 bibliotecários asseguram considerar importante o assunto para a sua vida pessoal e em suas mídias sociais, com o reforço de um expressivo número que potencializou a resposta de forma superlativa: *“Sim. Muito importante, visto ser meu trabalho disseminar informações, por esse motivo primar pela veracidade é fundamental para dar credibilidade ao meu trabalho”*. Ainda que três entendam não refletir em qualquer consequência o fato de não se importarem, como fica claro na declaração *“Pra minha vida pessoal não, não muda nada”*.

A maioria das justificativas converge com o que já foi discorrido anteriormente, mas alguns colegas evidenciaram o dever ético do profissional também enquanto cidadão, com o adicional de temerem pela perda de reputação se assim não agirem. *“[...] o tema também pode se aplicar à ética nas relações interpessoais, mesmo que seja fora do âmbito profissional”*, lembrando o que o Código de Ética Profissional do Bibliotecário (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA, 2002, p. 1) predispõe como princípio de conduta em seu segundo artigo: *“dignificar, através dos seus atos, a profissão, tendo em vista a elevação moral, ética e profissional da classe”*.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em um contexto cada vez mais conectado e globalizado, o assunto tem preocupado profissionais de variadas áreas e mobilizado também parte da sociedade civil organizada. O problema da viralização de boatos atinge outro patamar quando assimilamos que a

desinformação é ainda mais grave, tendo em vista seu caráter premeditado, intencional. Migramos assim da seara da mais evidente habilidade na forma de lidar com as fontes de informação para a necessidade do desenvolvimento de uma prática mais sofisticada, que envolve a avaliação qualitativa e a adoção de múltiplos critérios para avaliação das fontes, papel que deve ser reconhecido em especial pelo profissional bibliotecário.

Os resultados da pesquisa mostram algumas características importantes em relação às práticas de compartilhamento desses bibliotecários, tais como a relevância do enfrentamento da desinformação percebida quase que na totalidade pelos profissionais, mas concomitantemente a inércia de alguns participantes que sinalizaram nunca ou pouco utilizar critérios para o compartilhamento da informação em suas mídias sociais. Ao considerar os critérios para seleção da informação compartilhada, ainda que as médias dos critérios elencados tenham revelado alta frequência de adoção, esperava-se constatar uma frequência altíssima de critérios basilares na avaliação da qualidade da informação, considerando que o grupo respondente era composto exclusivamente por profissionais graduados em Biblioteconomia, curso que preza pelo ensino dessas práticas. A avaliação da íntegra do texto com o título das notícias e a conferência quanto ao aspecto humorístico do conteúdo foram os destaques positivos, com médias 2,9 e 2,91, as mais próximas da frequência altíssima. Em contrapartida, a média moderada 1,5 desponta negativamente para a consulta de especialistas, com 30 bibliotecários mencionando nunca procurarem fazer uso desse critério antes de compartilhar algo em suas redes.

É fundamental que mais pesquisas sejam realizadas sobre a desinformação, o compartilhamento e a qualidade da informação, não apenas em mídias sociais, mas também em outras comunidades de bibliotecários. A Ciência da Informação precisa manter-se atenta ao que está em voga na sociedade e a demanda por estudos relacionados às *fake news*, suas causas e implicações certamente fazem parte das demandas atuais.

## REFERÊNCIAS

AKAICHI, Tatianne. **Compartilhamento da informação e do conhecimento na rede dos coordenadores dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação**. 2014.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, 2014. 196p.

ALCARÁ, Adriana Rosecler et al. Fatores que influenciam o compartilhamento da informação e do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 170-191, 2009.

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (Estados Unidos da América).

**Framework for Information Literacy for Higher Education.** 2016. Disponível em:

<[http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework\\_ILHE.pdf](http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/issues/infolit/Framework_ILHE.pdf)>

Acesso em: 21 jul. 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BARTALO, Linete et al. Comportamento e competência informacionais da comunidade discente na universidade estadual de londrina In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2013.

BEZERRA, Arthur Coelho; CAPURRO, Rafael; SCHNEIDER, Marco. Regimes de verdade e poder: dos tempos modernos à era digital. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 371-380, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. 2017. Disponível em:

<[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_publicacao.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2017.

BRITO, Vladimir de Paula. **Poder informacional e desinformação.** 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. 551p.

BUTARELLO, Neiva Aranda Lopes et al. Informação e conhecimento: proteger ou compartilhar? In: TOMAÉL, Maria Inês; JESUS, José Antonio Guazelli. (Org.). **Informação em múltiplas abordagens: acesso, compartilhamento e gestão.** Londrina: Midiograf, 2010. p. 99-116.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB n. 42 de janeiro de 2002.**

Disponível em: <[http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao\\_042-02.pdf](http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Resolucao_042-02.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2017.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; CUSTÓDIO, Marcela Gaspar. A informação enfurecida e a missão do bibliotecário em tempos de pós-verdade: uma releitura com base em Ortega y Gasset. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Online First, 2018.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **A Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. 173f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2001.

GOMES, Helton Simões. *Facebook e Google* miram modelo de negócio das notícias falsas; entenda. **G1.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/e-ou-nao-e/noticia/facebook-e-google-miram-modelo-de-negocio-das-noticias-falsas-entenda.ghtml>>. Acesso em: 09 maio 2017.

HARFORD, Tim. Na era da pós-verdade, os fatos precisam de defensores. Tradução de Clara Allain. **Folha de São Paulo.** 2017. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/03/1865256-na-era-da-pos-verdade-os-fatos-precisam-de-defensores.shtml>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **How to spot fake news**. 2017. Disponível em: <<https://www.ifla.org/publications/node/11174>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

KESLER, Ana Valquíria; DUTRA, Luiz Henrique Menegon. A desinformação causada pelo excesso de informação no ambiente virtual. **Entrementes**, v. 12, 2015. Disponível em: <<http://sites.fadisma.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2015/08/a-desinformacao-causada-pelo-excesso-de-informacao-no-ambiente-virtual.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2017.

LATGÉ, Luiz Cláudio. O mundo pós-verdade. **O Globo**. 2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/o-mundo-pos-verdade-20522515>>. Acesso em: jan. 2016.

LOURENÇO, Ramon Fernandes; TOMAÉL, Maria Inês. Mídias locativas, wikicidade e cibercidade: uma relação entre sociedade, informação e cidade. In: VALENTIM, Marta Lígia. Pomim; OLIVEIRA, Cecília Leite de; MIRANDA, Antonio.(Org.). **Gestão da Informação, comunicação e tecnologia**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2015, c. 23, p. 341-357.

MATHEUS, Renato Fabiano. Rafael Capurro e a filosofia da informação: abordagens, conceitos e metodologias de pesquisa para a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.10 n.2, p.140-165, jul./dez. 2005.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Considerações sobre a esfera pública: redes sociais na *internet* e participação política. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 1, jan./abr. 2013, p. 27-33.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, 2017.

OXFORD DICTIONARIE. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/disinformation>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

PACEPA, Ion Mihai; RYCHLAK, Ronald J. **Desinformação**: ex-chefe de espionagem revela estratégias secretas para solapar a liberdade, atacar a religião e promover o terrorismo. Campinas, SP: VIDE Editorial, 2015. 555p.

SHULTZ, Richard H.; GODSON, Roy. **Desinformação**: medidas ativas na estratégia soviética. Rio de Janeiro: Nórdica, 1984. 188p.

TERRA, Ana Lúcia; SÁ, Salvina. Tudo o que vem à rede é peixe? A credibilidade da informação na web. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 11., 2012, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. **Anais...** P. 1 - 7.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Fontes de informação na internet: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler (Org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016. Cap. 1., p. 13-44.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**: princípios e técnicas. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. 110p.

VOLKOFF, Vladimir. **Pequena história da desinformação**: do Cavalo de Tróia à Internet. Curitiba: Vila do Príncipe, 2004. 208p.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, 2017.